



A Rede Olímpica No Jogo Do Rio

The Olympic Network in the Games of Rio de Janeiro

Tamara Egler, IPPUR, UFRJ, tamaraegler@gmail.com

RESUMO

A questão proposta no presente artigo observa, pensa e analisa a formação, a organização e os objetos de ação dos atores membros da Rede para os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Estamos diante de uma estratégia política, econômica e cultural que articula a associação de organizações internacionais e nacionais, capitais públicos e privados, e também indivíduos em torno do desígnio por realizar os Jogos Olímpicos. Nosso objetivo é investigar como esses atores se organizam com vistas à realização do megaevento olímpico. O maior desafio consiste em ver e ler as relações que se estabelecem entre a rede de atores, os processos de comunicação, os investimentos públicos e privados e a produção de territórios globais na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras Chave: rede; megaevento; capitalismo gestor; globalização; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The subject proposed in this article reflects and analyzes the formation, organization and the action purpose of the members of the Olympic Games Network in Rio de Janeiro. It represents a political, economic and cultural strategy that articulates international and national organizations, public and private capital, as well as individuals around the Olympic Games. The main goal is to investigate how these actors are organized. The biggest challenge is to identify and understand the relationships established between the network actors, the communication processes, the public and private investments and the production of global territories in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: network; mega-events; managerial capitalism; globalization; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Estamos diante de uma forma de organização poderosíssima, que se situa além da forma originária do capital, além do processo de valorização do capital financeiro, industrial, da aliança de elites. Trata-se de uma totalidade que representamos por uma metáfora de rede, uma associação entre atores que exige uma análise específica de suas práticas políticas, econômicas e culturais. A análise da Rede Olímpica – RO revela que ela pouco tem a ver com a forma clássica de análise da ação capitalista nos primórdios da industrialização. Estamos diante de formas específicas de gestão de megaeventos, o que exige uma análise própria, no contexto da globalização. É preciso ir além de uma interpretação que reafirme o neoliberalismo, para encontrar caminhos analíticos capazes de desvendar a complexidade de valorização do capital condensada na produção de um megaevento esportivo. Para tanto, trata-se de fazer uma análise interdisciplinar que inclua categorias e conceitos da ciência política, economia e sociologia.

O nosso ponto de partida está na interlocução com Pierre Bourdieu, que concebe a categoria “Campo”, no qual se definem formas de pensar, ser e de agir compartilhadas (BOURDIEU, 1998; 2016). A categoria Campo ilumina a RO, porque explica como os atores capitalistas formam uma rede, que tem por objeto de ação compartilhada a ampliação da capacidade individual de valorização do capital. Nessa rede se definem posições e práticas sociais que fundamentam a formação dos grupos quando orquestram programas e projetos de ação. Os capitais se unificam pelos sistemas de comunicação, tecem vínculos que formam uma totalidade e permitem desenvolver uma ação em comum.

Nessa perspectiva, a rede associa e organiza atores que compõem o campo dos megaeventos. Campo e Rede estão associados: o primeiro é uma categoria abstrata, o segundo é um fato. Isto quer dizer que o Campo define a rede, para a qual podemos dar o significado de um coletivo que se organiza por mediação de tecnologias de informação e comunicação – TICs e que tem uma forma de pensar, de ser e de agir compartilhada.

Os atores, que integram esse Campo, permeiam todas as escalas de governo, instituições, organizações, capitais privados, mídia, turismo, proprietários fundiários, capital imobiliário, atletas e turistas. Essa totalidade, formada pela mediação de sistemas de informação e comunicação virtual e vital (EGLER, 2011), resulta na valorização do capital de todos seus membros e, ao mesmo tempo, transforma as condições do espaço local em benefício das corporações globais. É uma gestão que faz a divisão do trabalho entre os capitais associados. Quando Marx estudou a divisão do trabalho, ele estava focado na fábrica, nos primórdios do processo de industrialização, enquanto a presente proposta analítica é demonstrar como podemos pensar uma divisão das funções de capital nas atividades de produção do espaço das cidades, em que se realizam os jogos olímpicos.

Para avançar nessa linha demonstrativa é importante fazer uma advertência sobre três categorias centrais: espaço, cidade e território. Entendemos o espaço como a distância entre dois pontos como, por exemplo, espaço de uma quadra na cidade, espaço do universo, espaço poético. Milton Santos (1994) ilumina o nosso pensamento quando propõe a leitura do espaço através de três dimensões: objetos, fluxos e ações. Quer dizer, é uma categoria abstrata que pode ser aplicada em diferentes objetos. Quando falamos de cidade, estamos nos referindo a uma categoria histórica, concreta, onde a materialidade do espaço se condensa.

Quando nos referimos à categoria território, recorremos a Rafestein (1993), segundo o qual o território resulta de uma ação conduzida por um ator com um objetivo predeterminado. Podemos também compreender o território observando as relações de poder sobre um determinado espaço

físico, como propõem Claudio Egler (2005) e Marcelo Souza (2007), para quem a categoria dá o significado do poder que se estabelece sobre um espaço físico. Numa acepção mais simples, o território pode ser um shopping, uma casa, uma rua, ou simplesmente um quarto, mas também o meu, o seu, o nosso território; é ali onde se estabelece o meu, o seu, o nosso poder.

A intenção é desvendar os interesses políticos, econômicos e territoriais que se plasman na realização do plano urbano para as Olimpíadas no Rio de Janeiro. Para fazer essa demonstração, é necessário identificar os atores que participam da rede global, reconhecer os processos que produzem sua estratégia política, assim como os custos sociais desse megaevento. Em síntese, o desafio é identificar os atores e suas práticas, para tornar visível o invisível.

Estamos diante de um processo de concepção, produção e gestão de um território global, que conduz à destruição do espaço social. O objetivo desse megaevento é preparar a cidade para ser o cenário da grande festa dos Jogos Olímpicos. O Rio torna-se, ao mesmo tempo, centro de dominação política, atratividade e mobilidade de capitais e pessoas/turistas/espectadores e palco por excelência da megavalorização dos capitais associados à RO.

Metodologicamente, a proposta está concebida na sociologia do presente (RIBEIRO, 2012), no contexto da sociedade de informação e comunicação no mundo globalizado. O objetivo é produzir conhecimento novo, apoiado em pesquisa empírica que desvende a ação política e valorização econômica. Trata -se de produzir os vínculos analíticos, para a tarefa de valorizar uma análise transdisciplinar e interdisciplinar.

A partir disso, podemos enunciar as seguintes perguntas: Que atores participam da rede global dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro? Quais processos de valorização resultam do megaevento? Quais são as mercadorias do megaevento? Quem ganha com isso? De que forma essa organização exige uma análise própria ao campo dos megaeventos? apitular (Calibri Bold corpo 46 em três linhas do texto corrido do artigo). Texto corrido do artigo (Calibri corpo 10; espaçamento exatamente 12.5 pts; 10.5 pts depois; alinhamento justificado; para citações no corpo do texto, deverá ser utilizado o seguinte modelo: (autor, data). Ex: (Santos, 1996))

REDE DOS JOGOS OLÍMPICOS E CAMPO DO MEGAEVENTO

Para alcançar o objetivo de fazer essa demonstração e alcançar a compreensão dessa totalidade, é preciso identificar e examinar as formas específicas de interação e divisão das atividades entre os atores na rede. Estamos diante de um megapreendimento que exige a ação de muitos atores para a realização das numerosas atividades necessárias à realização do evento: gestão dos capitais associados a rede; concepção e execução do plano urbano; remoção da população moradora; disponibilização de terrenos; financiamento e construção dos equipamentos e infraestrutura urbana para a realização dos fluxos de atletas, empresários, técnicos, gestores para atuar de forma a preparar o cenário e a infraestrutura de mobilidade para a realização da grande festa. Essa análise é feita considerando os oito anos entre a escolha da cidade-sede e a realização propriamente dita dos Jogos.

Atores econômicos, políticos e culturais em todas as escalas e esferas, nacionais e internacionais se associam transversalmente e tornam viável a produção do megaevento. Podemos identificar diferentes instâncias de poder, como a Presidência da República, o governo do Estado e a Prefeitura da Cidade; organizações esportivas, como o Comitê Olímpico Internacional (COI), o

Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e os comitês de outros países; escritórios de arquitetura; empreiteiras, como a Odebrecht e a Camargo Correa; empresas de transporte, como o Metro, BRT e VLT; empresas de mídia, como a Rede Globo e Editora Abril; companhias aéreas nacionais e internacionais; rede de hotéis e shoppings centers.

O objetivo é demonstrar como a estrutura pode ser lida como uma camada de redes. São muitas redes que se sobrepõem umas sobre as outras, e podemos *ler e ver* redes, grupos e indivíduos, como: patrocinadores, governos, empreiteiras de transporte, mídias, emissoras de TV, empresas aéreas, hoteleiras, shoppings, moda, cosméticos, alimentos e outros menos importantes. Eles se sobrepõem formando um espaço digital, que podemos analisar como um conjunto de atores que se conectam ao território e formam uma totalidade complexa. Cada subgrupo tem uma função definida. Esse é o nosso desígnio de revelar a formação da rede, os investimentos realizados e a valorização dos capitais associados à realização do megaevento.

Foi Norbert Elias quem percebeu, em 1939, o papel das redes de funções nas relações que se estabelecem entre indivíduo e sociedade (EGLER, 2012). Aplicando esse conceito na RO, fica evidente como os diferentes agentes têm suas próprias leis e funções, se constituem de forma autônoma e fazem a mediação entre os diferentes capitais que participam dos jogos. Ao dissecar as partes para entender o todo, percebemos como a rede de funções é invisível e altamente complexa. Ela tem peso e leis próprias, constitui-se como diferentes atores, subgrupos, que se interacionam e compõem a sua totalidade. Podemos dizer que as redes de valorização dos capitais se associam às esferas pública e privada, rompendo com as fronteiras entre ação política, atividade econômica e sentido da cultura para inventar novas formas de valorização dos capitais associados globalmente.

Estamos nos referindo à estrutura de funções entre capitais e governos em diferentes escalas. Essa percepção é fundamental, pois se não formos além do senso comum teremos muita dificuldade para entender como se constitui a rede. Muitos discursos insistem em abordar o mundo nas esferas separadas do estado, capital e trabalho. Nossa proposta é definir os atores que formam a Rede do Jogo Olímpico e compreender que estamos diante de uma totalidade que exige uma análise própria ao processo de valorização do capital na globalização. A nossa tarefa é decupar o objeto proposto para a análise. Para tanto, o desafio é perceber como se distribuem as diferentes funções da Rede do Jogo Olímpico entre as instituições, capitais e pessoas. Podemos dividir esse desafio em cinco grandes ações políticas: *gestão, atração, impulso, mobilidade e difusão* (RIBEIRO e SILVA, 2014). Trata-se, em outras palavras, de analisar o papel que cada ator tem a desempenhar na realização dos jogos.

A linha demonstrativa do artigo está estruturada para denunciar como o jogo olímpico é uma ação orquestrada, cujo objetivo é assegurar uma *gestão*, que tenha por objetivo a *atração* de diferentes capitais para produzir a *impulsão* de capital simbólico. Esses capitais acionam a *mobilidade* de uma multidão de turistas e permite a *difusão* dos Jogos para bilhões de telespectadores, o que resulta no consumo de mercadorias que plasmam valor agregado e produzem uma forma específica de apropriação do processo de valorização do capital advindo com o megaevento.

Isto quer dizer que o objeto desse megaevento contém grande valor de troca, pouco valor de uso e alto valor simbólico. Estamos falando de uma megaorganização que reúne atores no mesmo espaço-tempo, os quais atuam separadamente e juntos, transformando as relações espaço-temporais e os processos de construção e apropriação do espaço urbano. Definem-se formas específicas de apropriação de território, no qual se plasma um poder simbólico. A rede faz a mediação entre os atores para alcançar seu desígnio que foca no processo em que se realiza a concepção, construção e apropriação de territórios simbólicos na cidade do Rio de Janeiro, e se

beneficia de forma individual e coletiva do processo de valorização do capital que deriva do mesmo. É uma estratégia que reúne, entorno de um mesmo objeto de ação, um conjunto de atores que se beneficiam de uma ação que coloca capitais associados no mesmo espaço e tempo.

Para avançar na análise, é preciso examinar a função de cada ator. O COI é o maestro, sua batuta coloca os outros membros da rede sob a sua gestão. O governo, com suas prerrogativas, tem a responsabilidade de produzir as condições de atração, mediante a concepção, o financiamento e a construção do cenário e da infraestrutura para a mobilidade dos membros que participam da RO. O governo e os capitais privados constroem equipamentos e estrutura de transporte para a mobilidade de políticos, técnicos, atletas e turistas. A mídia promove o grande evento, produz a legitimidade junto à opinião pública e produz a atração dos patrocinadores. O capital imobiliário local produz lucros extraordinários resultantes da apropriação de rendimentos fundiários, assegurados pelos investimentos governamentais, pelo investimento em infraestrutura e pela produção de equipamentos. Essa ordem imperial permite perceber que estamos diante de uma poderosíssima organização em rede, que reúne um sem-número de atores públicos e privados que compartilham o mesmo objetivo, isto é, realizar as Olimpíadas e com isso alcançar formas inovadoras de valorização do capital.

Para compreender a RO, devemos observar como seus atores têm formas particulares de existência, podem agir de forma isolada e coletiva (JOHNSON, 2005), aglomerando-se e separando-se de acordo com a conjuntura. Quando a RO se une por ocasião do grande evento, forma uma totalidade que atua em sincronia, em direção ao objeto compartilhado de valorização dos diferentes capitais membros.

Perceber as redes significa compreender que estamos diante de um novo espaço, que condensa um novo sistema social (CASTELLS, 1999), que transforma o padrão de articulação e hierarquização e redefine os processos e as relações que se estabelecem entre as partes e a totalidade. A tecnologia amplia as possibilidades de ação social, pois, ao conectar atores em todo o mundo, disponibiliza a informação e amplia a comunicação e o poder das pessoas de tomar decisões coletivas para produzir ações e compartilhar benefícios.

Como foi observado em pesquisas anteriores (EGLER, 2007), existem redes que se organizam em torno da sociabilidade, e outras em torno do trabalho e renda, da cultura e do exercício da política. São redes virtuais que se compõem com as redes vitais (EGLER, 2011) e formam essa totalidade complexa no espaço. Os resultados espaciais desse processo revelam a forma específica de organização do poder e da valorização do capital no contexto da globalização (HARDT e NEGRI, 1999).

Nossa proposta analítica é compreender as formas de organização dos megaeventos, a partir de uma percepção que valoriza as transversalidades entre escalas e esferas, definidoras de novas estratégias para a ação política. Elas permitem a emergência de formas alternativas de institucionalidade política em rede. Uma coisa é pensar a divisão e a subordinação do trabalho ao capital; outra coisa é pensar e analisar a divisão entre atores políticos, econômicos e culturais que se dedicam a levar adiante a tarefa de realizar o megaevento.

GESTÃO

Quando a cidade do Rio de Janeiro foi vencedora do Edital, o COI se responsabilizou por um conjunto de atividades que lhe outorgou ocupar o núcleo central da RO. Teve a função de coordenar o edital e produzir o julgamento para decidir qual cidade deveria sediar os jogos. Podemos observar muitas prerrogativas que lhe são atribuídas, tendo funções de gestão, aprovação, controle, que separam a produção propriamente dita do espaço e de sua concepção e construção. É responsável pela logística e pela coordenação de inúmeras atividades que fazem a ação necessária à realização do megaevento. Tem uma função imperial quando lhe cabem as prerrogativas de autorizar e contratar atividades associadas a realização e difusão dos jogos olímpicos.

No edital do Comitê Olímpico Internacional são apresentadas as condições que as cidades-candidatas deverão observar na competição para sediar as Olimpíadas. As quatro diretrizes que orientam a candidatura – gerais, legais, econômicas e espaciais – podem ser lidas no edital “*Candidature Acceptance Procedure and Questionnaire*”. Esse contrato define o plano urbano e possibilita compreender quem participa e quem não participa, tanto no que se refere à produção do marco edificado, quanto à realização dos jogos e à transformação do espaço da cidade do Rio de Janeiro.

O edital da candidatura mostra as estratégias que impõem um poder global no espaço local. Nas diretrizes gerais podemos ler como o Brasil se compromete a levar adiante a produção dos equipamentos necessários à realização dos jogos e para isso é necessário concordar com o código de conduta do COI. Quando a legislação local estiver sobreposta ao código global, deverá ser feito um ajuste local para se adequar à exigência global. Compromete-se a fazer as obras necessárias das instalações esportivas, para garantir a realização dos Jogos Olímpicos.

Para alcançar esse desígnio o Estado brasileiro deve assumir todos os investimentos necessários ao megaempreendimento, e também assumir os custos de segurança, médicos, alfandegários, de imigração e outros serviços relacionados, sem ônus para o Comitê Organizador. No que se refere aos equipamentos, deverão ser disponibilizados sem qualquer custo para o COI. Cabe ao governo brasileiro fazer planos e projetos das condições gerais das instalações na cidade, sendo necessário observar o Manual Técnico de Espaços do COI para normas e projetos de locais de competição.

Com essas diretrizes gerais o governo local se responsabiliza pela construção dos equipamentos e o contrato assinado com o COI lhe atribui um poder legal que se impõe à legislação urbana local, assim que a política urbana no Rio de Janeiro fica subordinada aos interesses do ditame global. As diretrizes econômicas são claras quando contratam o país e a cidade para fazerem todos os investimentos necessários para a realização das obras de infraestrutura, sem, contudo, assegurar retorno econômico para o país e a cidade. As diretrizes espaciais atestam o poder do COI de terceirizar todos os custos para o plano dos jogos, e criam prerrogativas que o beneficiam para tomar decisões sobre os atores que participam da RO. Ao orquestrar esse megaempreendimento, o COI alcança a prerrogativa por definir a função de cada ator na rede.

Porém, para que isso possa se concretizar é preciso mudar as prerrogativas legais do lugar. Com efeito, a adequação da legislação local ao âmbito global revela a relação de subordinação, quando o governo local assina esse contrato, submetendo-se ao desígnio do processo de globalização. Assim se entrega a soberania nacional, na medida em que a cidade eleita tem a responsabilidade dos custos, mas não é anunciado o destino dos ganhos. O edital apresenta normas e um conjunto de deveres do lugar, não havendo contrapartida de direitos, para os atores locais. Não são nomeados os benefícios decorrentes dos jogos, e sim apenas as responsabilidades de

investimentos para compor as condições necessárias, para transformar a cidade no palco principal da mobilidade de mercadorias e dos turistas que deverão compor e participar dos jogos.

ATRAÇÃO

Esse edital produz uma competição entre diferentes cidades-candidatas, e a cidade contemplada – i.e., a cidade vencedora – tem sua existência social, política e econômica profundamente afetada. Estamos, pois, diante de um contrato que institui um poder capaz de realizar uma ação política que transforma a formação de territórios na cidade. Isto revela claramente como a produção de grandes eventos ocupa um lugar central no contexto da globalização do mundo. Isto explica por que países mais desenvolvidos vem se negando a participar desse edital do COI.

As exigências espaciais definem um modelo de desenvolvimento urbano associado à realização de grandes obras, que constituem a atratividade necessária para a mobilidade de atletas e turistas para o consumo de bens simbólicos como: jogos esportivos, patrimônio histórico-cultural, consumo de mercadorias para a simples fruição dos sentidos de distinção.

Esse guarda-chuva define as funções de cada ator no campo. Quando produz a atração de um sem-número de capitais dedicados a realizar um conjunto de obras e serviços para a realização dos jogos. Além de produzir a atração das cidades candidatas, são criadas oportunidades de negócios que fazem a atração de empresas, trabalhadores e consumidores.

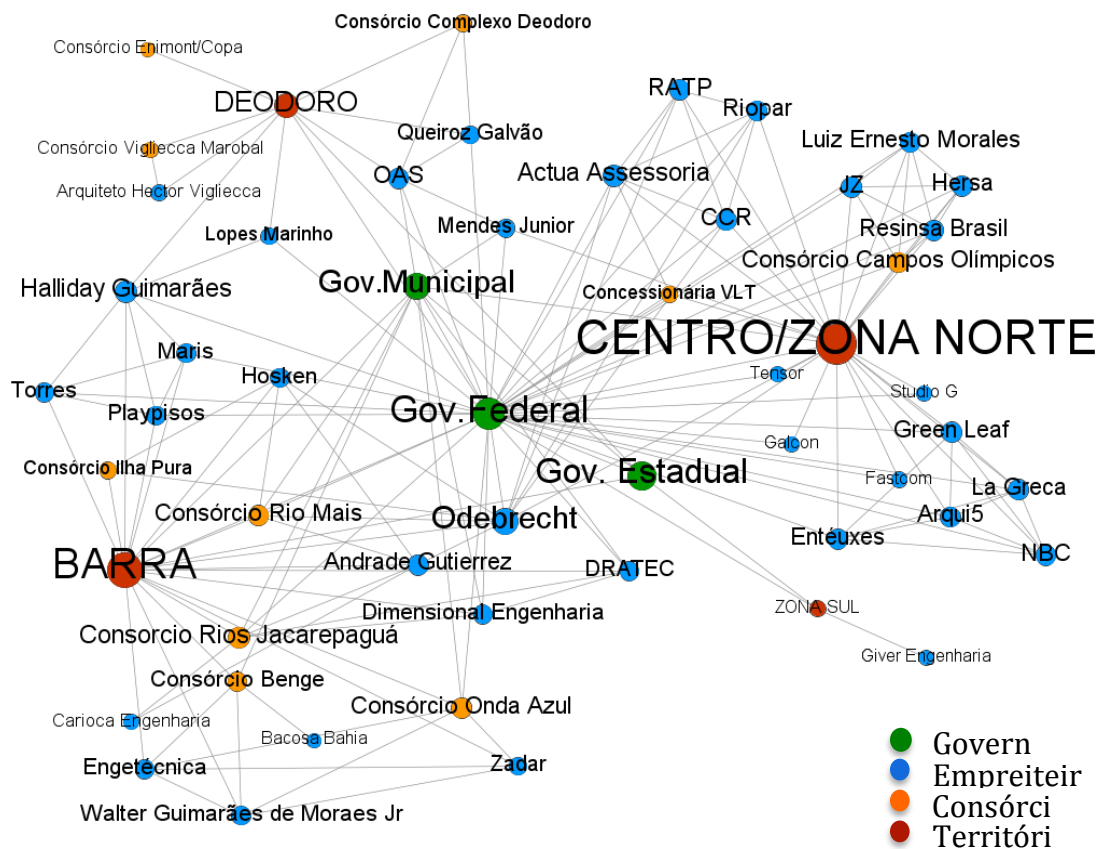
Essas relações podem ser lidas no gráfico 1, no qual estão representadas a rede de atores e a rede de territórios. Vemos assim que a RO, por mediação da atração, produz uma totalidade de processos que culmina na produção de uma rede de territórios.

No gráfico 1 podemos observar a rede formada por governos em todas as escalas – federal, regional e local – que concebem, financiam e contratam a execução do plano urbano e a construção dos equipamentos para a megafesta, pelas empreiteiras associadas. A atuação do governo federal está registrada nos círculos verdes. Sua participação nos investimentos destinados à realização das Olimpíadas foi fundamental, sendo o responsável pela maior parcela dos recursos financeiros, necessários para a megarreforma urbana.

A produção desse gráfico está associada na percepção das relações entre política e espaço. Toda política tem uma marca, uma intervenção no espaço, como foi dito por Ana Clara Torres Ribeiro (2011), quando examina as relações entre ação e espaço. Esse gráfico tem o objetivo preciso de revelar as relações que existem entre a ação política e a transformação do espaço. Podemos afirmar como as práticas dos atores globais transformam o espaço local e nos permite analisar as relações entre rede de capitais e rede de territórios.

As linhas representam fios invisíveis de comunicação que conecta os membros associados à rede, e, ao mesmo tempo, permite ler como essa rede age na transformação do território. Sabemos, desde Hanna Arendt, que o poder é a capacidade de ação coletiva. Dito de outro modo, esses atores associados em rede movem-se juntos, num ser coletivo, em direção à defesa de interesses compartilhados e produzem uma rede de territórios.

Gráfico 1 – Redes de atores e redes de territórios



Fonte: pesquisa de campo

As empreiteiras associadas à rede produzem a construção propriamente dita dos equipamentos. Para tanto, contam com escritórios de arquitetura para a produção de projetos, organizam seus canteiros de obras, contratam trabalhadores para a sua execução e se responsabilizam pelo término das obras. As empreiteiras têm um papel fundamental, pois associam atores governamentais e capital privado para produzir os equipamentos para a realização do jogo olímpico. Em outras palavras, elas produzem a dimensão física, a materialidade, ou, como prefere Milton Santos (1996; 1996), a tecno-esfera do espaço, com vistas à realização das competições.

Para fazer a leitura da rede, é preciso tornar claro que temos hierarquias, que podem ser lidas pelo tamanho da circunferência que indica a importância dos seus membros, É importante também observar os grupos que fazem parte da mesma e os fios de comunicação que os associam. Na RO aqui desenhada, podemos ler como o governo federal é o ator principal, ele ocupa um lugar central que articula todos aqueles que participam da realização do megaempreendimento. Como podemos observar no gráfico, ele se comunica com todos os outros membros e articula todos os consórcios.

Foi possível identificar cinco empreiteiras de grande porte que participaram do megaempreendimento: Odebrecht, Mendes Júnior, Camargo Correia, OAS e Queiroz Galvão. As

grandes obras permitem uma ampla manipulação dos custos e compreendem ganhos não contabilizados, que resultam de prerrogativas políticas. Sabemos que grandes obras podem ter seus custos manipulados quando os empresários pagam aos políticos propinas em troca de benefícios privados.

No gráfico 1 estão indicados os territórios de Deodoro, Barra da Tijuca, Zona Sul e Centro Zona Norte, visualizados na cor vinho. O azul representa as empreiteiras e o laranja os consórcios de empreiteiras. O tamanho do círculo está associado à importância dos atores na grande festa olímpica – quanto maior o diâmetro, maior a importância do ator na rede. Para definir o tamanho do círculo foram examinadas o número de conexões de cada um deles.

O *território* mais importante se localiza na Barra da Tijuca, epicentro do plano, onde foram realizados os maiores investimentos e estão localizados o Parque e a Vila Olímpica. Importantes investimentos, também, foram feitos na Zona Centro-Norte, por conta do Porto e do Maracanã. Depois vêm Deodoro e a Zona Sul, onde os investimentos foram menores.

Observando o lugar das empreiteiras da rede verificamos que a Odebrecht ocupa um lugar central, respondendo pela gestão do maior número de equipamentos e pela interação com as outras empreiteiras. Fica explícita a importância da Odebrecht na articulação de outras empreiteiras menores e na produção do maior número de equipamentos.

A tabela 1 mostra os dispêndios que foram realizados pelos atores governamentais e pelo capital privado para a construção dos equipamentos e infraestrutura urbana. Foi montada a partir da Parceira Público-Privada - PPP, publicado pela Autoridade Pública Olímpica - APO, para revelar a estrutura de gestão da construção do plano com o objetivo identificar quem financiou e quanto custou.

A análise das tabelas da APO não foi fácil, isso porque os dados são manipulados e apresentados em partes, separando a infraestrutura da obra propriamente dita. Trata-se de uma forma de encobrir os enormes custos governamentais que foram realizados. Sabemos que todo edifício precisa de sua infraestrutura, a mesma faz parte dos custos de qualquer obra. Os investimentos realizados foram publicados de forma separada, no plano da PPP. Isto dificultou a análise. A nossa tarefa foi decoupar os elementos para tornar claros esses custos, para tanto dividimos os dispêndios em: infraestrutura, saneamento do meio ambiente, equipamentos, mobilidade e centro de análise de doping.

NO PPP está escrito que foram dispendidos 26,92 bilhões de reais, dos quais contabilizamos 11, 33 bilhões, em torno de 42% para a infraestrutura e saneamento do meio ambiente. Para a mobilidade 13, 60 bilhões, em torno 40 %. Para os equipamentos apenas 107,00 milhões, o que representa 0, 56 % dos custos realizados. Aqui fica claro como se contratam as obras no nosso país. No discurso do plano se apresenta o legado social das quatro escolas que deverão resultar desse processo, elas representam apenas 0,12% dos custos.

Tabela 1. Custos governo e capital privado no plano olímpico

Nome	Destinação	Agentes de financiamento	Governo Municipal	Governo Federal	Governo Estadual	Privado	Tot.	%
Infraestrutura	Porto Maravilha	Gov. Federal (CEF)	592,00	0,00	0,00	7.608,00	8.200,00	32,45%
	Domínio Urbano de Deodoro		0,00	51,90	0,00	0,00	51,90	0,21%
	Requalificação entorno do Estádio Olímpico		115,74	0,00	0,00	0,00	115,74	0,46%
Saneamento e Infraestrutura do Meio ambiente	Obra de Reabilitação Ambiental da bacia de Jacarepaguá	Gov. Federal (CEF) Gov. Municipal	46,90	322,28	673,00	0,00	1.042,18	4,12%
	Desvio Do Rio Joana e reservatório de contenção		305,02	284,92	0,00	0,00	589,94	2,33%
	Saneamento Zona Oeste (Bacia do Rio Marangá)		0,00	0,00	0,00	431,00	431,00	1,71%
	Esgotamento Eixo Olímpico		0,00	0,00	57,90	0,00	57,90	0,23%
	Reter uma parte do lixo que chega à Baía de Guanabara		0,00	0,00	124,67	0,00	124,67	0,49%
	Restaurar ambientalmente as lagoas de Marapendi, Camorim, Tijuca e Jacarepaguá, além do Canal da Joatinga		0,00	0,00	673,00	0,00	673,00	2,66%
	Esgoto do Eixo Olímpico, da Restinga de Itapeba e do entorno da Lagoa da Tijuca para a Estação de Tratamento de Esgoto da Barra		0,00	0,00	50,13	0,00	50,13	0,20%
Total	10	2	1.059,66	659,10	1.578,70	8.039,00	11.336,46	44,86%
Equipamentos para Jogos + arenas	Universidade da Força Aérea (UNIFA)	Gov. Federal	0,00	76,05	0,00	0,00	76,05	0,46%
	EEFD/UFRJ Construção de complexo para hóquei sobre a grama, rugby e nado sincronizado e reforma							
	CEFAN Criação de Infraestrutura necessária ao apoio para treinamento das equipes olímpicas de futebol, voleibol, saltos ornamentais, pólo aquático e levantamento de peso							
	Clube da Aeronáutica na Barra, ginásio poliesportivo; campos de futebol, rugby, pista de atletismo							
Arenas parque olímpico	Montagem das quatro escolas da Arena do Futuro	Gov. Federal (CEF)	31,20	0,00	0,00	0,00	31,20	0,12%
Total	5	1	31,20	76,05	0,00	0,00	107,25	0,42%
Mobilidade	VLT do Porto		0,00	532,00	0,00	656,75	1.188,75	4,70%
	BRT's		1.915,65	0,00	0,00	479,24	2.394,89	9,48%
	Duplicação do Elevado do Joá		457,95	0,00	0,00	0,00	457,95	1,81%
	Sistema viário do Parque Olímpico		514,36	0,00	0,00	0,00	514,36	2,04%
	Linha 4 do metrô		0,00	0,00	7.633,40	1.157,48	8.790,88	34,79%
	Revitalização das estações do sistema ferroviário		0,00	0,00	0,00	259,83	259,83	1,03%
Total	6		2.887,96	532,00	7.633,40	2.553,30	13.606,66	53,85%
Laboratório de análise de doping	Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCE).	Gov. Federal	0,00	188,36	0,00	0,00	188,36	0,75%
	Montagem das 4 escolas da Arena do Futuro	Gov. Federal	0,00	31,20	0,00	0,00	31,20	0,12%
Total	2	1	0,00	219,56	0,00	0,00	219,56	0,87%
Total	23	4	3.978,82	1.486,71	9.212,10	10.592,30	25.269,93	100%

Fonte: APO

Entretanto os dados que conseguimos não apresentavam a totalidade, e também não foi possível entender a participação do capital privado nas obras. Mesmo assim, a apresentação dos resultados que alcançamos permite reconhecer pelo menos uma parte dos investimentos realizados para a construção da infraestrutura e dos equipamentos. Isso porque foi possível encontrar, em fontes oficiais e não oficiais, diferentes dados para os custos das olimpíadas, de 30 a 50 bilhões de reais.

No que se refere aos atores responsáveis pelo investimento podemos contabilizar como o capital privado investe em torno de 8 bilhões, e realiza 42%. A prefeitura faz um investimento da ordem de 4 bilhões, que corresponde a 17%. O governo estadual participa com 9 bilhões, em torno de 36%, e o federal com 6%. Trata-se de percentagens sobre a totalidade dos investimentos de 26,9 bilhões. Como não foram identificados os gastos por obra, tornou-se difícil entender qual foi o investimento realizado pelo capital privado e pelo governo. Isso por que nas obras existem responsabilidades públicas e privadas ao mesmo tempo. Por exemplo, não foi possível encontrar dados sobre a obra que foi realizada pelo capital privado no Porto.

Na infraestrutura de transporte podemos dizer que o governo realiza a infraestrutura para a construção de VLTs e BRTs. A empresa do VLT se beneficia nesse processo, pois a análise revela como o governo custeia a infraestrutura e a empresa do VLT vende os veículos. A investigação revela como os custos governamentais recaem principalmente sobre a infraestrutura de transportes dos BRT, VLT, Linha 4 do Metro, para fazer a mobilidade. Enquanto as empresas BRT e VLT, por exemplo, se beneficiam dos lucros advindos com a sua operação. Tudo fica mais claro, se observamos como a empresa do BRT atua em mais de 150 países, seu negócio é a venda de serviços urbanos para a mobilidade global¹.

A Parceria Público Privada da prefeitura tem essa estratégia política, encobrindo a realidade da relação que se estabelece entre o governo local e o capital nacional e internacional. Quer dizer, estamos diante de uma estratégia em que o público realiza o investimento em benefício do interesse privado.

O segundo passo do nosso procedimento foi listar outras obras, que não estavam indicadas no PPP. Elas estão apresentadas na tabela 2, que foi montada a partir de um grande número de fontes. Compreendemos que ela não responde por uma alta precisão, por que muitas vezes os dados acessíveis não correspondiam aos mesmos valores. Mesmo assim, optamos por apresentar o que foi possível identificar na nossa pesquisa.

Na tabela 2, além de apresentar os investimentos realizados pelo PPP, podemos ler as outras obras que não haviam sido contabilizadas. São elas: a derrubada da perimetral, a infraestrutura da vila olímpica, e outros itens de custos relativos à candidatura, propaganda e segurança. Nessa direção foram realizados investimentos da ordem de trinta e quatro bilhões, na menor das hipóteses.

Ao todo contabilizamos o valor de 33 bilhões, dos quais 37,86% foram destinados a infraestrutura urbana necessária para a realização da mobilidade, outros 25,35% foram destinados para a infraestrutura urbana do Porto Maravilha, enquanto 8,81% na Vila Olímpica, ambos em benefício do capital imobiliário. A derrubada da perimetral correspondeu a 3,64 % e deve ser considerada como condição, para a recuperação da paisagem histórica, e no final para a segurança foram 8.79%. Pasmem, para os equipamentos propriamente ditos foram apenas 0,23%. Podemos dizer que existem dois grandes beneficiários desses processos, isto é, os capitais internacionais e os

¹ <http://www.vltcarioca.com.br/?gclid=COvO08eTwc8CFUiAkQod2IMFJA>

capitais nacionais associados a constituição da mobilidade global e a valorização do capital imobiliário local.

Tabela 2 - Custos gerais do plano olímpico

Nome	Destinação	Governo Municipal	Governo Federal	Governo Estadual	Privado	Total	Porcentagem
Renovação Urbana	3	707,74	51,9	0	7608	8367,64	25,35%
Desenvolvimento social	1	31,2	0	0	0	31,2	0,09%
Renovação Urbana e Controle de enchente	1	305,02	284,92	0	0	589,94	1,79%
Mobilidade Urbana	7	2887,96	816,92	7633,4	1157,48	12495,76	37,86%
Meio ambiente	6	46,9	322,28	1578,7	431	2378,88	7,21%
Educação, Ciência e Tecnologia	2	0	219,56	0	0	219,56	0,67%
Infraestrutura esportiva	4	0	76,06	0	0	76,06	0,23%
Candidatura					90	90	0,27%
Publicidade			12	52		64	0,19%
Segurança			2900			2900	8,79%
Derrubada da Perimetral						1200	3,64%
Vila Olímpica						2909	8,81%
Hotéis para Imprensa Internacional						1685	5,10%
Total		3978,82	4683,64	9264,1	9286,48	33007,04	100,00%

Fonte: APO, BASTOS (2012); BASTOS (2012a) SANTOS (2011), PORTAL BRASIL (2016), ROSA e PERON (2015), PORTAL BRASIL 2016

Fica mais fácil compreender esse valor *vis a vis* a arrecadação do estado do Rio de Janeiro. Para fazer essa comparação tomamos a receita total do Orçamento fiscal do ano de 2016 do estado do Rio de Janeiro² que é de R\$ 64, 8 (sessenta e quatro bilhões e oitocentos milhões). Os gastos com educação e saúde somam 10 bilhões. As Olimpíadas do Rio de Janeiro custaram, aproximadamente, 34 bilhões, portanto os custos Olímpicos são equivalentes a 52% da arrecadação líquida do estado para o ano de 2016.

Tabela 3 - Arrecadação do estado do RJ; gastos com as Olimpíadas; despesas do estado com educação, saúde e esportes

Item	Valor (R\$ MM)
Arrecadação líquida do Estado do RJ	60.648,69
Gastos com as Olimpíadas do Rio de Janeiro	31.756,60
Despesa do estado do RJ com Educação (*)	4.652,31
Despesa do estado do RJ com Saúde (*)	5.065,04
Despesa do estado do RJ com Desporto e Lazer (*)	163,90

(*) Recursos do Tesouro estadual Fonte: SEPLAG 2016.

No discurso das olimpíadas, os custos realizados pelos atores revelam a decisão política dos atores governamentais, quando realizam investimentos desnecessários ao desenvolvimento local. Já que os recursos estão focados em obras que tem por objetivo a realização do mega evento, do qual

² Somatório de todos os valores arrecadados pelo estado.

não foi possível observar, reconhecer e analisar benefícios públicos. Em poucas palavras os custos são locais e os benefícios globais.

Essa revelação nos permite compreender como o governo brasileiro se associa ao capital nacional e internacional, assumindo para si a responsabilidade de fazer esses enormes investimentos, para a realização do mega empreendimento olímpico. Nesse mesmo contexto, os professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, ficaram sem receber seus salários, nos cinco meses que antecederam as olimpíadas. Esses investimento revelam a violência dos atores associados na RO, para a realização desse megaempreendimento.

MOBILIDADE

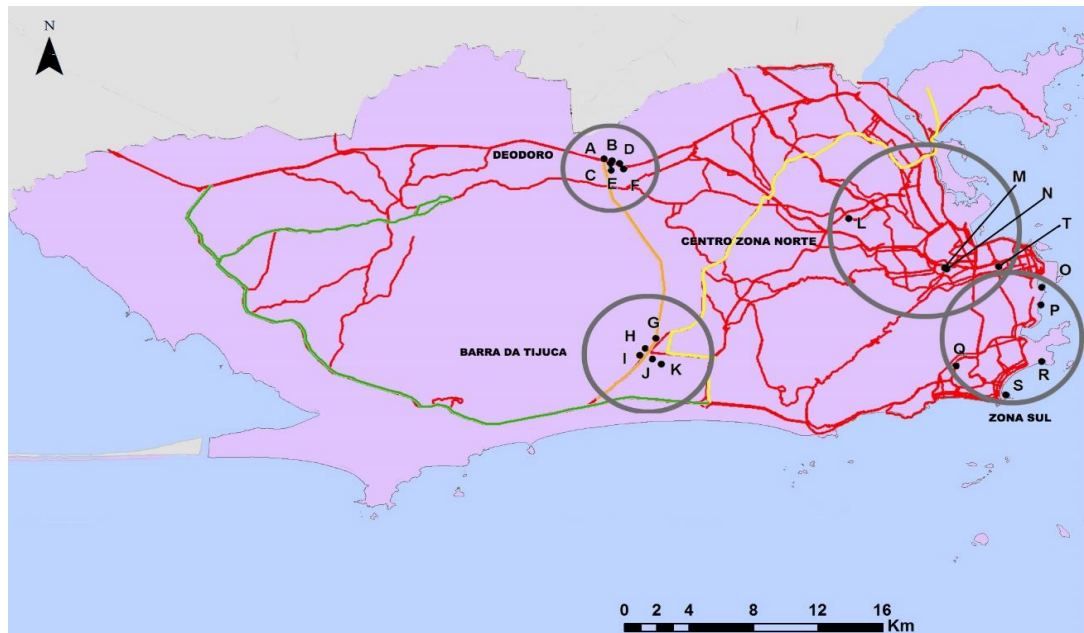
A RO está dedicada a estimular práticas de consumo de bens simbólicos. Ela gera uma atratividade capaz de produzir a mobilidade de homens e mulheres/ espectadores dos jogos. Trata-se de mover milhões de turistas ao redor do mundo, de forma quase ininterrupta. Para realizar essa enorme operação, é preciso entender como essa mobilidade depende da realização desses megaeventos capazes de atrair multidões. Na realidade a pesquisa indica que o objetivo é montar um megacênario em que se apresentam milhares de esportistas de alto rendimento físico. São as empresas aéreas e os sistemas de transporte locais que fazem a mobilidade dos atletas e turistas que participam do grande evento. Elas tornam possível o sistema de fluxos na cidade.

Os BRTs e VLTs substituem o transporte por ônibus (TERRY et al., 2013). No mapa 1 tudo fica mais claro se observamos como as linhas do BRTs propostos estão organizadas em uma estrutura que vai além do Parque Olímpico e se estende até o final do Recreio dos Bandeiras, ao lado de Guaratiba, reserva fundiária que pertence ao exército. Até o dia de hoje, não se permite a sua edificação. Entretanto entrevistas³ na localidade nos informam que está em curso a liberação para o mercado imobiliário. Investimentos públicos para o futuro capital imobiliário plasmado em Guaratiba.

Outro elemento observável é como as empresas aéreas se associam à RO. Sua função é fazer a mobilidade internacional, por isso a importância de renovação dos aeroportos nas cidades globais. Essa prática revela-se imediatamente quando visitamos um site de empresa aérea e somos orientados a fazer a reserva de hotel e também de automóvel. Estamos nos limitando a apresentar até aqui os atores capitalistas mais relevantes. Na realidade, um grande número de grandes e pequenos capitais e outras organizações estão articulados entre si. Esses capitais acionam os *impulsos* globais e permitem a atração dos diferentes atores em torno do megaempreendimento, para usar o conceito de Ana Clara Torres Ribeiro (2005).

³ Entrevista a morador, 57 anos. ; entrevista a advogado, 68 anos.

Mapa 1 - Sistema de transporte e clusters



Fonte: base de dados IPP, PMERJ, IBGE e Comitê Olímpico 2016.

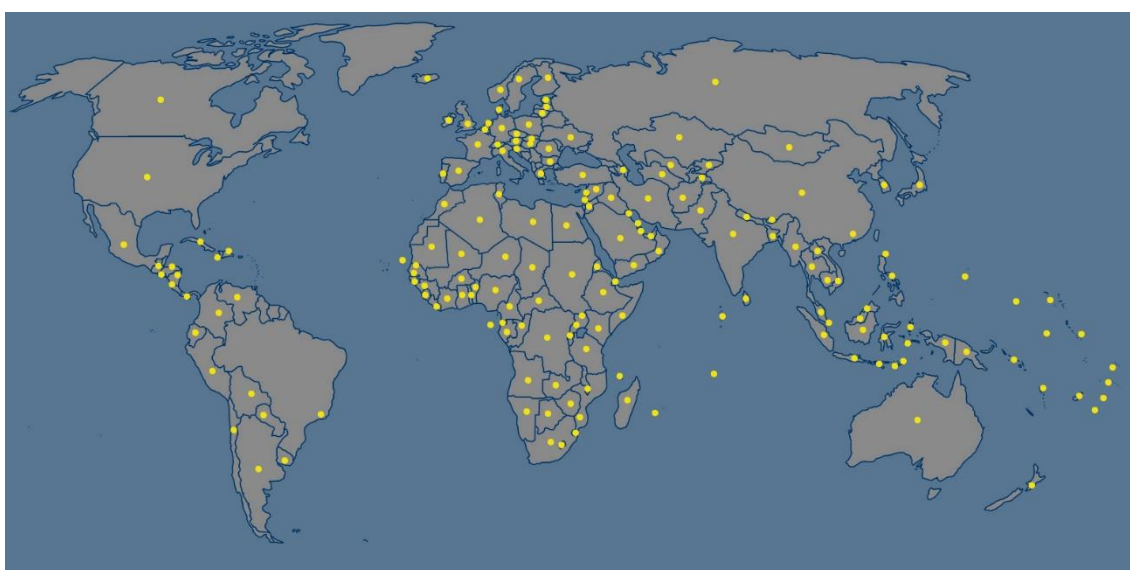
Esses atores criam as condições necessárias para a mobilidade dos turistas/espectadores para a cidade. A atração para o Rio de Janeiro se situa em torno de um milhão de pessoas. O argumento dos que fazem a defesa dos jogos anuncia que eles gastam por dia, na cidade, a quantia de 200 dólares, consumindo tanto alimentos e hospedagem quanto peças de vestuário, joias e mercadorias de luxo. São superficialidades e capital simbólico, que porta signos de distinção para aqueles que o detém. Esse argumento cai por terra quando sabemos que os pacotes são vendidos pelas operadoras internacionais de turismo, sendo os pagamentos dos agenciadores realizados no exterior.

Se focarmos nas lojas de cosméticos, presentes principalmente em aeroportos e shoppings, poderemos entender como elas também se organizam em rede (ALMEIDA, 2015). Uma rede de cosméticos dentro da RO, a identidade visual está toda programada num mesmo projeto, as partes formam uma totalidade. Explico, a identidade visual sugere que são muitas e diferentes empresas, entretanto, elas se associam em rede, são geridas pela mesma organização e se reproduzem em todo o mundo.

DIFUSÃO

A possibilidade de se fazer propaganda de todo e qualquer tipo de mercadoria exerce forte atração sobre as emissoras de difusão. Como o COI estabeleceu que não haveria a exclusividade na transmissão dos jogos, a TV Globo, a TV Record e a TV Bandeirantes foram autorizadas a comprar direitos de transmissão. Além delas foi formada uma enorme rede de emissoras do mundo todo. A atividade de difusão exercida pela mídia faz a propagação dos *vetores* pela mediação de tecnologias. O que importa é atingir o maior número de pessoas para produzir um espetáculo (DÉBORT, 1997; SANCHES, 2007), a impulsão de capital simbólico e o estímulo à produção e ao consumo das mil mercadorias presentes na realização dos jogos. A difusão da imagem dos jogos produz fatores de *atração e impulsão* e define o processo de globalização. A mídia produz os fios invisíveis de comunicação que transformam o mapa do mundo. Podemos visualizar essa percepção no mapa 2.

Mapa 2 - Emissoras de TV



Fonte: Pesquisa de campo - base de dados www.olympic.org/olympic-games

Cabe à mídia fazer a difusão do discurso compartilhado para produzir a imagem favorável sobre a cidade. Seus ganhos resultam da difusão dos jogos em todo o mundo, auferidos com as campanhas de propaganda dos patrocinadores no sistema de difusão global. Podemos imaginar os ganhos dessa rede televisiva que conecta o impressionante número de 220 países, que irão assistir aos Jogos, tratando-se de uma megarede de difusão da competição. Estima-se em quatro bilhões o número de telespectadores que assistiram às Olimpíadas.

Esse número resulta de uma pesquisa que indica como a cada edição dos Jogos o número de espectadores cresce. Assim, se a audiência em Beijing 2008 foi de 3,546 bilhões e a de Londres 2012 foi de 3,635 bilhões (COI, 2008), então a do Rio de Janeiro chegou mesmo a algo em torno de quatro bilhões de pessoas. É inimaginável o que se possa vender e lucrar com a difusão dos jogos, quando se tem como perspectiva de público acerca de quatro bilhões de telespectadores/consumidores (SIMON, 2015). E, quem aufere os lucros com esses patrocinadores?

O sistema da RO, montado com a participação das principais *corporações* do Brasil e do mundo, faz a atração dos patrocinadores que financiam a transmissão. A rede inclui dois tipos de

patrocinadores: os patrocinadores olímpicos mundiais, que têm contratos de longo prazo com o COI, a saber: MC Donald's, Omega, Panasonic, Visa, Coca Cola, Atos, P&G, Samsung, Dow, GE, Bridgestone; e os patrocinadores oficiais dos Jogos do Rio 2016, na sua grande maioria empresas brasileiras, que participam da edição carioca, como: Bradesco, Correios, Embratel, Claro e Nissan, TAM, 361°, Aliance, Globo, EY, Sadia, Batavo, Skol, CISCO, Estácio. A mobilidade que consome todo tipo de mercadoria é o interesse de todos esses grupos empresariais.

Foram construídos dois edifícios para abrigar as atividades do Centro Internacional de Transmissão das competições, que funcionou 24h no período do megaevento (COELHO, 2015). Neles foram instaladas cerca de 70 emissoras de TV e de rádio que pagaram ao COI os direitos de transmissão dos Jogos. Além disso, foi construído um hotel especialmente para abrigar as atividades da mídia, de utilização exclusiva pela mídia. Com 404 quartos, o hotel tem área de lazer completa, com piscina, centro de convenções, academia e bar. Sua construção resulta de uma parceria entre o setor privado (R\$ 1,15 bilhão) e o setor público (R\$535 milhões), que constitui outra PPP (COELHO, 2015). Até o hotel é financiado pelo poder público brasileiro! A totalidade da Rede dos Jogos Olímpicos gera vetores pela mediação de tecnologias de informação e comunicação e produz processos específicos de dominação e expropriação (RIBEIRO & SANTOS, 2005).

CONCLUINDO

Os atores associados à RO, enunciam um discurso que se propaga no espaço mundo e que movimentam toda ação de valorização do capital. Esses *vetores*, impulsionados pela mediação de TICs, formam uma subjetividade coletiva compartilhada, que demanda o consumo de bens simbólicos, concebidos e produzidos pelo processo de valorização dos capitais que atuam no megaevento. São os discursos dos atores que participam da rede que *arremessam, dirigem e orientam* práticas de produção e consumo e respondem pelos interesses obscuros do processo de valorização do capital no contexto da globalização (RIBEIRO & SILVA; 2005; EGLER, 2007; 2010).

As redes de atores permitem práticas inovadoras de expropriação. Para além da mais-valia, a valorização dos capitais membros da RO resulta de estratégias que condensam, impulsionam e dirigem a ampliação de práticas de consumo de bens simbólicos. Eles agem individualmente e coletivamente em direção à realização de interesses individuais e coletivos. Essa rede de interesses compartilhados não deve ser confundida com as alianças entre capitais do capitalismo concorrencial. Visto que o processo de valorização do capital é profundamente distinto, já não estamos diante de um capital individual, mas de uma rede, a mercadoria não é material, tangível, mas é imaterial e intangível. Afinal, não estamos na fábrica, mas na cidade, e, portanto, não se trata de produção, mas é uma representação simbólica para ampliar o consumo de bens socialmente desnecessários. A análise que considera a cidade como mercadoria perde seu significado, porque o objeto de valorização não é a cidade, mas a mobilidade para o consumo. A estratégia da RO está associada à difusão de formas de pensar que, por sua vez, acionam formas de ter e de ser.

Portanto, essa rede de atores globais tem como objeto de interação formas alternativas de valorização do capital, visto que associa atores que atuam globalmente e atores que atuam localmente. Para fazer a análise da globalização é necessário fazer a interação conceitual de disciplinas associadas aos estudos espaciais.

Para compreender essa associação em rede, é preciso considerar como as TICs produzem transversalidades entre campos e como elas nos obrigam a reconhecer que o mundo está em

transformação ininterrupta, permitindo formas de associação e formação de institucionalidades inesperadas. Na modernidade, a interpretação do mundo se faz pela separação entre as disciplinas. Essa organização do conhecimento divide o mundo e delega para cada disciplina responsabilidades analíticas distintas: a economia estuda as relações entre trabalho e capital no processo de acumulação; a política as instituições governamentais; a comunicação o papel da mídia. A análise da RO exige a interação entre elas e o procedimento analítico deve se dar pela análise da rede que constitui um *Campo*, para fazer a interlocução com Bourdieu (1998).

Estamos diante de um processo realizado pela centralização do poder político, pela articulação de diferentes capitais que atuam na concepção, formulação e execução econômica. Ao reconhecermos a materialidade e a imaterialidade, a tecno-esfera e a psico-esfera, a economia, a política e a comunicação, podemos compreender a lógica da globalização. Estabelece um poder político que se associa ao poder econômico e estimulam, através do discurso mediático, o consumo de bens simbólicos. É uma transição, em que se redefinem os atores e, no lugar do capital na fábrica, encontramos a rede na cidade. Substitui-se uma sociedade industrial, de produção mecânica material, por uma sociedade de produção de bens simbólicos, imateriais, de capital globalizado.

O que podemos observar é a associação de agentes internacionais aos atores públicos e privados locais, que produz uma burocracia altamente eficiente e capaz de representar toda sorte de discursos, que tem o objetivo de criar um sentido de bem-estar social, mas encontra referência nos fatos, porque, na realidade, faz a defesa de seus interesses privados. O que nos permite compreender que a RO é capaz de enunciar um discurso de bem-estar, onde o plano urbano representa uma realidade que não existe, quando os custos econômicos do empreendimento são manipulados e os ganhos são omitidos.

Na realidade o que podemos observar nos fatos é que o megaempreendimento está associado ao plano urbano, que guarda pouca relação com as necessidades de vida e de trabalho na cidade. É uma grande montagem de cenários que enunciam um discurso para o bem comum, enquanto a investigação realizada atesta um mega investimento para a valorização dos capitais associados à RO. Os fatos examinados na realidade atestam que estamos diante de uma poderosíssima organização criminosa. Quando são reinventadas as relações entre os atores políticos associados aos capitais privados, sua ação resulta na manipulação da subjetividade coletiva, usurpação econômica e práticas de dominação política.

REFERÊNCIAS

- APO. *Plano de Políticas Públicas*. Recuperado em: 30 de maio de 2016, de <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas>.
- ALMEIDA, C. R (2015). *A rede de cosméticos no Rio de Janeiro*. Relatório apresentado para a pesquisa Redes e mediações no Jogo Olímpico, sob coordenação de Tamara Egler, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, labEspaço.
- BASTOS, I. (2012). Consórcio da CCR assume a Transolímpica. *O Globo*, 20 de abril de 2012. Recuperado em: 20/02/2016, de: <http://oglobo.globo.com/rio/transito/consorcio-da-ccr-assume-transolimpica-4694935>
- BASTOS, G. Prefeitura do Rio prepara derrubada da Perimetral. Projeto Comunicar, *Portal PUC/Rio Digital*, 04 de Maio de 2012a. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc->

rio.br/Texto/Cidade/Prefeitura-do-Rio-prepara-derrubada-da-Perimetral-12295.html#.V_-YcPkrLDc Acesso em: 30 de maio de 2016

- BOURDIEU, P. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- _____ (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____ (2009). *Communication y Poder*. Barcelona: Aliança Editorial.
- COELHO, H. (2015). Paes entrega Centro Internacional de Transmissão dos Jogos Rio 2016. *O Globo*, 09 de novembro de 2015. Recuperado em: 25/3/2016, de: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2015/11/paes-entrega-centro-internacional-de-transmissao-dos-jogos-rio-2016.html>
- COMITÊ OLIMPÍCO INTERNACIONAL – COI (2008). *IOC marketing media guide: Beijing 2008*. Lausanne: IOC, 2008. Recuperado em: 01 de mar. de 2016, de: http://www.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_1329.pdf.
- DEBORT, G. (1997). *A sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: editora Contraponto.
- EGLER, C. A. G. (2007). Questão regional e gestão do território no Brasil. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- EGLER, T. T. C. (2005). Políticas Urbanas Globais para Espaços Locais. *Economia, Sociedade e Território*, 17 (5), janeiro-junho de 2005.
- _____ (2010). Jogo no Rio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, 12, p. 87-101.
- _____ (2007). *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro, Sete Letras.
- _____ (2011). Vital e virtual nas políticas urbanas. In *Anais 7º Fórum de Pesquisa FAU-MACKENZIE*, Fórum de Pesquisa FAU-Mackenzie (p. 1-20). São Paulo: Fau - Mackenzie.
- ELIAS, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- FIX, M. (2007). *São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo.
- HARDT, M.; NEGRI, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HARVEY, D. (2005). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- JOHNSON, S. (2003). *Emergência; a dinâmica das redes. Em formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PORTAL BRASIL, (2016). Olimpíadas 2016: aeroportos do Rio recebem R\$ 2 bilhões em modernização, *Portal Brasil*, 14 de mar. De 2016. Recuperado em: 17 de junho de 2016, de:

<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/aeroporto-do-rio-se-modernizam-para-os-jogos-olimpicos-2016-2>

PORTAL BRASIL 2016. Vila Olímpica: Onde as estrelas se encontram. Recuperado em: 30 de abril de 2016, de: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/instalacoes/vila-olimpica>

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, (2009). *Dossiê da candidatura do Rio de Janeiro, para a sede dos Jogos Olímpicos*, vol. 1, 2, 3. Rio de Janeiro.

RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. San Pablo: Ática.

RIBEIRO A. C. T. (2001). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 15 (16).

RIBEIRO, A. C. T. (2012). *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

RIBEIRO, A. C. T. e SILVA, C. (2005). A. Impulsos Globais e Espaço Urbano: sobre o novo economicismo. In RIBEIRO, A. C. T. (Org.) *O rosto urbano da América Latina*. Buenos Aires: Clacso.

ROSA, V. e PERON, I. (2015). Governo gastará R\$ 56 mi em publicidade. *O Estado de S. Paulo*, 09 Novembro 2015. Recuperado em: 18 de junho de 2016, de: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-gastara-r-56-mi-em-publicidade,10000001485>

SÁNCHEZ, F. (2003). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 1. ed. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária.

SANTOS, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1996). *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

SANTO, P.E. (2011). Um metrô com alma de carioca. *Grandes Construções*, 01 de março de 2011. Recuperado em: 16 de maio de 2016, de: http://www.grandesconstrucoes.com.br/br/index.php?option=com_conteudo&task=viewMateria&id=3966

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG (2016). *Orçamento anual 2016*, volume 1. Rio de Janeiro: SEPLAG.

SIMON, A. (2015). Olimpíadas do rio terão recorde de canais de tv no Brasil. *Torcedores.com*. 05 de agosto de 2015. Recuperado em: 20/05/2016, de: <http://torcedores.com/noticias/2015/08/olimpiadas-do-rio-terao-recorde-de-canais-de-tv-no-brasil>

SOUZA, M. J. L. de. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento, In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

TERRY, T; JAVOSKI, D. E. A.; CARVALHO, S. A. de. (2013). Sistema viário. Cadernos Técnicos Morar Carioca. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil. Recuperado em: 20/02/2016, de: http://www.iab.org.br/sites/default/files/publicacoes/cadernos_tecnicos_morar_carioca_-_sistema_viario.pdf